

## AUTORIZAÇÃO DE CORTE

### Nº 528/2023

#### Identificação do Proprietário

CPF/CNPJ: 83.024.257/0001-00	Nº. CTF/IBAMA: 1202626
NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA	

#### Endereço

CEP: 89.700-000	LOGRADOURO: RUA LEONEL MOSELE	COMPLEMENTO: 62 -
BAIRRO: CENTRO	MUNICÍPIO: CONCÓRDIA	TELEFONE: 3441 2169

#### Localização da Atividade

CEP: 89.700-176	LOGRADOURO: Rua Leonel Mosele	COMPLEMENTO: 62
BAIRRO: Centro	MUNICÍPIO: CONCÓRDIA	PROCESSO IMA: VEG/83573/CAU

#### Dados do Imóvel

UTM X 401.763	UTM Y 6.988.191	MATRÍCULA NO CRI: Matrícula diversas
ÁREA TOTAL: 0,33 ha	ÁREA PRESERVAÇÃO PERMANENTE: 0,00 ha	RESERVA FLORESTAL LEGAL: 0,00 ha
ÁREA AUTORIZADA: 0,3320 ha	ÁREA REMANESCENTE: 0,00 ha	VOLUME DE LENHA: 233,83 st

#### Dados da AuC

FINALIDADE: Supressão de vegetação nativa em área urbana	
TIPO DE EXPLORAÇÃO: Supressão de vegetação nativa em área urbana	VÁLIDA ATÉ: 06 de Julho de 2026

#### Matéria Prima a Ser Extraída

VOLUME TOTAL (toras especificado no verso)\ VOLUME LENHA: 0,00 m³ \ 233,83 st
CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO: Vegetação nativa em estágio médio de regeneração secundária
ENQUADRAMENTO/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Base legal Instrução Normativa nº 24 do IMA. Gustavo Machado Costa, Engenheiro Civil CREA 151165-0-SC ART 7640754-1Projeto: Barragem de material misto e/ou especial. Henrique Jurie Severo, Biólogo CRBio: 0955753/03-D ART 2021/03470 Identificação: Diagnóstico meio biótico, inventário florestal e projeto de corte para área de implantação da barragem.

#### Importante

<ul style="list-style-type: none"><li>Este documento ou cópia deverá permanecer no local de sua autorização.</li><li>Deverão ser respeitadas as áreas de preservação permanente previstas em lei.</li><li>O técnico responsável pela elaboração do projeto deverá acompanhar periodicamente as atividades de supressão de vegetação.</li><li>Ao término das atividades encaminhar a IMA ou ao Município Conveniado o relatório técnico conclusivo das operações realizadas.</li><li>O transporte de produtos ou subprodutos florestais deverá ser acompanhado do respectivo DOF - Documento de Origem Florestal.</li></ul>
--

#### Parecer Técnico

PARECER TÉCNICO Nº: 8191/2021
----------------------------------



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:  
[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/auc\\_numproc\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/auc_numproc_form)  
FCEI: 579635 CÓDIGO: 528/2023

## Relação dos Volumes Totais por Espécie Autorizados

ESPÉCIE			Nº DE ÁRVORES	VOLUME
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	PRODUTO		
Lenha	Lenha	Lenha St	0	233.83 st
TOTAL			0	155.89 m³

### Condições Específicas

- Este documento ou cópia deverá permanecer no local de sua autorização.
- Deverão ser respeitadas as áreas de preservação permanente previstas em lei.
- O técnico responsável pela elaboração do projeto deverá acompanhar periodicamente as atividades de supressão de vegetação.
- Ao término das atividades encaminhar a IMA ou ao Município Conveniado o relatório técnico conclusivo das operações realizadas.
- O transporte de produtos ou subprodutos florestais deverá ser acompanhado do respectivo DOF - Documento de Origem Florestal.

### Condições de Validade / Observações

#### MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

##### Compensação pela supressão de vegetação:

A compensação pela LEI DA MATA ATLÂNTICA 11428/2006 ART 17 pela supressão de **3.848,287 m²** de vegetação em estágio médio de regeneração, será realizada conforme apremiado no Termo de Compensação nº 31/2021, em área rural, no nº 952 do 6º Bloco da Colônia Concórdia Propriedade Rio do Engano (Coordenadas UTM 22J- Datum Horizontal SIRGAS 2000 - E 401496,53377991/ S 6988205,89005856) e possui um total de **35.605,76 m²**. O imóvel está registrado com a Matrícula 5.442 do Livro 2 - Registro Geral do 1º Ofício de registro de Imóveis de Concórdia. Conforme relatório de levantamento, da área de compensação, apresenta características ecológicas semelhantes à área desmatada.

##### Compensação pela supressão de espécies ameaçadas de extinção na área de alaguel máximo:

Considerando que na análise técnica do processo SAN/16571/CAU houve a solicitação para supressão dos indivíduos de grande porte que podem comprometer a estabilidade do terreno, desta forma considerou-se a adoção da compensação para esses indivíduos na proporção de 1:20, conforme estabelece item II, § 1º, art 252, Lei Estadual nº 14.675/2009, desta forma será realizada a seguinte compensação:

\* 21 Indivíduos de *Araucária angustifolia* = 420 indivíduos a serem plantados.

\* 8 indivíduos de *Apuleia leiocarpa* = 160 indivíduos a serem plantados.

\* 5 indivíduos de *Cedrela fissilis* = 100 indivíduos a serem plantados.

Tal proporção de compensação foi adotada considerando a autorização para supressão abranger de forma isolada os indivíduos de grande porte na área de alaguel máximo.

##### Compensação por supressão de árvores ameaçadas de extinção na Área Diretamente Afetada para a implantação da barragem:

Seis indivíduos de *Araucária angustifolia* e um indivíduo de *Cedrela fissilis*, em área de fragmento com compensação na proporção de 1:10 sendo 70 indivíduos a serem plantados.

#### COMPENSAÇÃO TOTAL

Execução do plantio de 750 indivíduos ameaçados de extinção no Lote rural 53, da 14º Bloco da colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, Sítio em Três Barras, Concórdia/SC, Matrícula nº 3.193 com espaçamento de 3 X 3. A planta de localização da área de plantio e o memorial descritivo foram apresentados no Anexo IV do Inventário Florestal.

#### CONDICIONANTES

Na área de corte:

1. Fica proibido qualquer tipo de intervenção e supressão em áreas próximas à área autorizada sem o conhecimento e autorização do órgão ambiental competente.
2. A área de supressão deverá seguir rigorosamente as plantas e coordenadas geográficas apresentadas ao IMA. Os trabalhadores que realizarão o corte deverão ser orientados a não extrapolar para áreas não autorizadas. A área sujeita ao corte deverá estar marcada com fita zebra após localização.
3. A execução da supressão em questão deverá ser acompanhada por técnico legalmente habilitado.
4. A supressão da vegetação deverá ser feita de maneira a minimizar os impactos sobre as demais espécies localizadas no seu perímetro, devendo a derrubada ser gradativa e unidirecional.
5. Para transporte de material lenhoso, é obrigado o acompanhamento do DOF - Documento de Origem Florestal; Da preservação:
6. Deverão ser implementadas medidas de identificação de possíveis ninhos de fauna nativa, devendo ser realocados para as áreas próximas. Sendo todo o trabalho acompanhado por profissional habilitado.
7. Adotar todas as medidas para minimizar os impactos junto às Áreas de Preservação Permanente que ocorrem na área.
8. O resgate de fauna durante a supressão somente deverá ser realizado com autorização e respeitando a legislação vigente;
9. É vedado o uso de queimada dos resíduos vegetais para limpeza da área.
10. É vedado o depósito de material oriundo do corte da vegetação em cursos d'água.
11. Os caminhões e tratores e equipamentos, se utilizados, no processo de corte e transporte do material lenhoso, deverão ter sua manutenção/reabastecimento em local próprio, a fim de evitar a contaminação do solo e cursos d'água com produtos combustíveis.

Condições gerais:

12. Uma cópia da Autorização de Corte deverá permanecer no local durante a execução dos serviços.
13. O responsável técnico é obrigado a enviar relatório ao final do prazo de validade desta Autorização de corte, ou anterior ao seu vencimento caso julgue necessário, ou se for exigido do órgão ambiental, atestando se a execução da atividade ocorreu de acordo com o projeto apresentado.
14. Fica o empreendedor obrigado a enviar comprovar o plantio, mediante relatório fotográfico datado e nota fiscal de 50 mudas de *Cedrela fissilis* ao IMA até o final de validade desta Autorização de corte ou anterior, caso julgue necessário para compensar a supressão de ameaçadas de extinção. Em caso de doação, apresentar a nota fiscal e o comprovante de doação.
15. Fica o empreendedor obrigado a protocolar a averbação da área de Compensação pela supressão de vegetação Lei 11428/2006 Art 17, num prazo de 12 meses a contar da assinatura da AUC, conforme proposta apresentada e aprovado por este órgão.
16. Fica o empreendedor obrigado a protocolar a comprovação pela supressão dos indivíduos de espécies ameaçadas de extinção na área de alaguel máximo na proporção de 1:20 no prazo de 12 meses a partir da emissão da AUC.
17. Fica o empreendedor obrigado a protocolar a comprovação pela supressão dos indivíduos ameaçados de extinção na área de corte raso, na proporção de 1:10 no prazo de 12 meses a partir da emissão da AUC.
18. Fica o empreendedor obrigado a protocolar a comprovação do cumprimento do Termo de Compensação nº 31/2021 no prazo de 12 meses a partir da emissão da AUC.
19. O empreendedor deve afixar placa alusiva à autorização de corte de vegetação no local da obra, durante sua validade e execução, com os dizeres: Autorização de Corte de Vegetação (AUC) nº. (número da autorização), Validade (data de validade) e Número do Processo.
20. Para supressão dos indivíduos de grande porte na área de alaguel máximo deverão ser adotadas medidas de exploração que minimizem os impactos sobre a vegetação nativa presente na área.